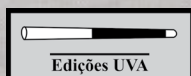


Carlos Augusto Pereira dos Santos
Organizador

Nossa Gente, Nossa História

O Ceará Republicano



Carlos Augusto Pereira dos Santos
Organizador

*Nossa Gente,
Nossa História*
O Ceará Republicano

Sobral-CE
2019



Nossa Gente, Nossa História. O Ceará Republicano

© 2019 copyright by Carlos Augusto Pereira dos Santos (Organizador)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil.

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional.



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1328
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222 / 9 9846.8222
sertaocult@gmail.com / mammarco@gmail.com

Conselho Editorial

Adriana Brandão Nascimento Machado
Carlos Augusto P. dos Santos
Isorlanda Caracristi
Nilson Almino de Freitas
Regina Celi Fonseca Raick
Telma Bessa Sales
Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Foto da capa

Passeio público, Fortaleza, 1919

Catálogo na publicação

Leolgh Lima da Silva – CRB3/967



Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral - CE

CEP 62040-370 - Telefone: (88) 3611.6613

Filiada à



Reitor

Fabianno Cavalcante de Carvalho

Vice-Reitora

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Diretora das Edições UVA

Maria Socorro de Araújo Dias

Conselho Editorial

Maria Socorro de Araújo Dias (Presidente)
Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo
Ana Iris Tomás Vasconcelos
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Claudia Goulart de Abreu
Eneas Rei Leite
Francisco Helder Almeida Rodrigues
Israel Rocha Brandão
Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque
Maria Adelane Monteiro da Silva
Maria Amélia Carneiro Bezerra
Maria José Araújo Souza
Maria Somália Sales Viana
Maristela Inês Osawa Vasconcelos
Raquel Oliveira dos Santos Fontinele
Renata Albuquerque Lima
Simone Ferreira Diniz
Tito Barros Leal de Ponte Medeiros
Virgínia Célia Cavalcanti de Holanda

N785 Nossa gente, nossa história: o Ceará republicano. / Santos, Carlos Augusto Pereira. (Org.) - Sobral: Sertão Cult; Edições UVA, 2019.
294p.

ISBN: 978-85-67960-25-8
ISBN: 978-85-9539-035-5
DOI: 10.35260/67960258-2019

1. Sertão. 2. Educação 3. Cultura.
I. Título. II. Santos, Carlos Augusto Pereira.

CDD 981.31

Sumário

Nossa História, Nossa Gente. À guisa de prefácio e apresentação / 5

Parte 1 - O sertão da água, da seca e da religião

1. “O rio é uma riqueza imensa”: Usos e tradições sobre a importância da água no sertão de Santa Quitéria-CE (1960-1980) / 9

Maria Malena Paiva Mesquita

2. As mulheres e a seca: sobrevivência feminina em tempos de escassez em Varjota-CE (1980- 1990) / 19

Francisca Clédia Sousa de Oliveira

3. Os bastidores da seca: exploração dos trabalhadores nas frentes de serviço do Açude Araras, Varjota-CE (1951-1958) / 33

Letícia Rodrigues Gonçalves

4. Políticas públicas de combate à seca no município de Croatá-CE (1983-1996) / 45

Caubi Alves Braga

Naiane Nobre Martins

5. A seca e as obras de socorro no Ceará republicano (1889-1915) / 55

Pedro de Souza Filomeno Filho

6. Entre fanáticos e cassacos: a presença da Irmandade da Cruz nos sertões do norte do Ceará (1900-1903) / 65

Raimundo Nonato Fernandes

Parte 2 - O mundo do trabalho e da educação

7. “Se a gente fosse viver só de trabalhar pros outros a gente morria”. Memórias da Casa Grande: moradores, rendeiros e agregados na cidade de Alcântaras-CE (1907-1920) / 85

Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara

8. “Depois foi que veio essa modernização”: as transformações nos engenhos de cachaça artesanal em Alcântaras-CE (1960-2000) / 95

Adelina Lopes Guimarães

9. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coreauá-CE: criação e processo de organização (1965 a 1990) / 103

Sebastião Ferreira Carneiro

10. O Ensino de História e cultura indígena em Hidrolândia-CE: a Lei 11.645 de 2008 e os meios para uma descolonização da imagem do indígena / 119

Paulo Ênio de Sousa Melo

11. Práticas de combate ao analfabetismo no Ceará / 133

João Henrique Brito Lima

12. A Educação na República / 145

Natanael Lopes Alves

Parte 3 - Culturas e sociabilidades diversas

13. Historiografia e cinema: percepções da diversidade na sétima arte / 157

Vinícius Pereira de Sousa

14. Espaços de sociabilidades homoafetivas em Sobral-CE (1950-2018) / 175

Alan Silva de Moraes

15. “Zé Maria mulher”: representatividade e resistência umbandista em Sobral / 185

Antonio Tarciano Aragão Sousa

16. “Mas digo uma coisa, não é a gente que cura, mas sim Deus”. Memórias de benzedeadas em Alcântaras-CE / 197

Maria Deiziane Lino

17. “Eu entrei nessa brincadeira quando eu era um menino”. Memórias sobre o reisado groaíense / 205

Raimundo Sousa Alves

18. Corpo em movimento, *Street Dance* e agências de patrimonialização cultural: uma experiência de pesquisa (Sobral-CE) / 221

Cleane dos Santos de Medeiros

Nilson Almino de Freitas

19. Ambivalências poéticas nas canções de Belchior – a ida e o regresso / 233

Francisco Sávio Barbosa do Nascimento

Parte 4 - Política e economia nas tramas do cotidiano

20. A Ação Integralista Brasileira (AIB) e sua influência no interior do Ceará: memórias do Integralismo em Ibiapina / 247

Odail José Martins Freire

21. A economia e seus impactos: Uma análise sobre Camocim (1930-1950) / 255

Valério Samaranni Moraes de Queiroz

22. Emissoras de rádio de Camocim: o relacionamento com grupos políticos, cultura e comércio locais (1980-1989) / 261

Maely Alves de Mesquita

23. A história da República passa por aqui! Camocim-CE (1889-1950) / 273

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Nossa Gente, Nossa História. À guisa de prefácio e apresentação

No semestre 2018.1, propusemos aos alunos da disciplina de História do Brasil III que escrevêssemos sobre a nossa gente, aquela que está mais próxima de nós, convivendo conosco ou mesmo um pouco distante num passado recente. A ideia era que se aproveitassem as pesquisas que estavam sendo feitas para a escrita dos seus respectivos TCC's e adaptássemos as temáticas para o período republicano, tempo que converge ao estudo da mencionada disciplina acima. Teríamos, portanto, uma espécie de painel do Ceará Republicana, pelos temas levantados nas primeiras aulas. Poucos alunos tiveram de sair do seu raio de pesquisa para cumprir com o objetivo final – publicar um livro com os artigos dos alunos em fase final de curso.

Durante todo o semestre, tivemos a discussão de uma obra que nos serviu de guia e inspiração: *Histórias da Gente Brasileira*. Volume 3, República. Memórias (1889-1950), de autoria da historiadora Mary Del Priore. Foi uma experiência interessante, pois cada vez que as discussões eram estabelecidas, sentíamos que aquelas histórias contadas, no caso do terceiro volume, narradas pelo viés da memória, eram questões que nos diziam respeito, que já ouvíramos contar pelos nossos pais e avós.

Por outro lado, constatamos também que estávamos especialmente longe dos exemplos contados nas diversas partes do livro referenciado. Apesar do fôlego e do abarcamento da obra empreendida por Mary Del Priore¹, o Nordeste e, especialmente o Ceará, pouco são citados. Logicamente que compreendemos os limites de um projeto editorial desta envergadura e da logística de pesquisa. Para nós, longe disso ser um aspecto desmotivador, ao contrário, fez com que, como se preenchêssemos uma lacuna, jogássemos todas as nossas forças na construção de histórias que representassem e contassem um pouco mais de nós.

O resultado foi a escrita de vinte e três artigos, divididos em quatro partes temáticas que podem ser conferidas no sumário e ao longo do livro. Portanto, empreendemos um mergulho no universo sertanejo, falando da alegria da chegada do inverno, do inferno da seca e das práticas religiosas que beiraram o fanatismo (Parte 1). Adentramos no mundo do trabalho e esticamos a jornada para compreendermos os projetos e propostas de escolarização e educação do nosso povo (Parte 2).

¹ *Histórias da Gente Brasileira* é um projeto editorial escrito pela historiadora Mary Del Priore que cobre os diversos períodos da História do Brasil. Volume 1 – Colônia, Volume 2 – Império, Volume 3 – República (1889-1950) e Volume 4 (1950-2000), publicados pela Editora LeYa, 2017.

Por outro lado, foi necessário falarmos da diversidade cultural que nos caracteriza. O que tem em comum o universo *queer* no cinema e as sociabilidades homoafetivas no espaço citadino? O que um pai de santo e um conjunto de mulheres rezadeiras podem nos dizer sobre a prática da cura? Quais são as fronteiras culturais entre dançadores de reisado, jovens bailarinos da periferia e a obra do cantor Belchior? São interrogações que poderão ser respondidas, ou não, lendo-se o conjunto de artigos da Parte 3. Finalizando, como a política e a economia interferem no cotidiano de uma cidade? É o que os autores propõem discutir na Parte 4, evidenciando as características singulares na história dos municípios de Ibiapina e Camocim.

Um último aviso ao leitor. Os textos aqui reunidos são de alunos em formação, mesmo estando em fase final de conclusão de curso. Expressam, portanto, suas trajetórias acadêmicas dentro de seus limites e potencialidades e devem ser entendidos e compreendidos dentro dessa dimensão. Como organizador, procurei interferir o mínimo no processo de orientação da escrita e incentivei que eles dividissem os processos de escrita com seus orientadores. Daí que, a maioria dos textos, já serem partes de suas monografias ou artigos finais de curso.

6 | Dizer, finalmente, que foi gratificante compartilhar saberes e ensinamentos com todos vocês, por isso o faço nominalmente: *Maria Malena Paiva Mesquita, Francisca Clédia Sousa de Oliveira, Letícia Rodrigues Gonçalves, Caubi Alves Braga, Naiane Nobre Martins, Pedro de Souza Filomeno Filho, Raimundo Nonato Fernandes, Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara, Adelina Lopes Guimarães, Sebastião Ferreira Carneiro, Paulo Ênio de Sousa Melo, João Henrique Brito Lima, Natanael Lopes Alves, Vinícius Pereira de Sousa, Alan Silva de Moraes, Antonio Tarciano Aragão Sousa, Maria Deiziane Lino, Raimundo Sousa Alves, Cleane dos Santos de Medeiros, Francisco Sávio Barbosa do Nascimento, Odail José Martins Freire, Valério Samaronni Moraes de Queiroz e Maely Alves de Mesquita.*

Boa leitura a todos!

Carlos Augusto Pereira dos Santos (Org.)

Camocim, outubro de 2018.

6. Entre fanáticos e cassacos: a presença da Irmandade da Cruz nos sertões do norte do Ceará (1900-1903)

Raimundo Nonato Fernandes¹

Introdução

O presente trabalho parte de uma investigação e toma por objeto uma leitura acerca do surgimento da Irmandade da Cruz da Vila do Massapê e dos eventos que culminaram com o massacre que se deu em 26 de março de 1902, às margens do açude público Acaraú-Mirim. Analisaremos os fatos à luz do método de pesquisa que visa refletir e entender como foi possível que estes acontecimentos escaparam a um estudo mais aprofundado de nossa historiografia. Buscamos, portanto, recuperar uma memória e trazer presente em nossa abordagem, a partir dos ecos trazidos por uma nova história, ouvindo os gemidos, os gritos e os apelos daqueles que foram massacrados e silenciados e que agora reivindicam e merecem nos dias atuais o direito à memória histórica. Por fim, levanta inquietações sobre esses eventos, tentando estabelecer relações com outras Irmandades da Cruz que existiram nos Sertões do Ceará, refletindo a partir daí suas semelhanças e disparidades; e quais as motivações que existiam entre a Irmandade da Cruz, a Légio Crucis e a Irmandade do Caldeirão da Santa Cruz, para se pensar a sua importância no âmbito da construção histórica como estabelecimento de uma memória viva e atuante em nossos dias.

|65

A partir desse estudo que hora realizamos, poderemos afirmar que a Irmandade da Cruz, como objeto de nossa análise, se coloca para nós dentro de uma perspectiva e de uma oportuna necessidade de construir uma narrativa plausível e coerente acerca dos eventos ocorridos entre a seca de 1900 ao ano 1903, mais especificamente na construção do açude Acaraú-Mirim, obra pública do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Procuramos mostrar sua importância e relevância histórica para a região, já que esta foi desconsiderada e desconhecida por muitos naquela região, sua análise serve para também entender como se deu a construção das relações que existiam entre as populações sertanejas, e as estruturas de poder, as mentalidades e o pensamento que moldaram essas populações e

¹ Graduando do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

suas relações sociais, sobretudo do ponto de vista do sentimento religioso, que impulsionaram esses atores sociais em suas práticas religiosas e o caráter político e social dos grupos e movimentos que atuaram de forma dinâmica a partir daquele lugar social.

A Irmandade da Cruz e sua gênese

Sabe-se muito pouco sobre os detalhes da existência da Irmandade da Cruz do Massapê. No entanto, o que se sabe foi feito como construção histórica partir da historiografia oficial escrita pelo historiador cearense Guilherme Studart², conceituado membro do Instituto do Ceará. Este relato faz menção à existência dessa irmandade uma única vez, quando de seu desfecho, omitindo e selecionando alguns dos detalhes ligados a esse acontecimento. O que se sabe, no entanto, é que ela de fato existiu igualmente a outras existentes na região norte do estado³, mesmo não sendo tão expressiva como a outra surgida o sul do Ceará, num outro período, a Irmandade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, em 1932, e que teve como principal liderança o beato José Lourenço.

66 | Sabemos, por outras fontes históricas e narrativas orais distintas, que as duas irmandades passaram a existir em diferentes épocas e também tiveram processos de formação e engajamentos de seus líderes de formas diferenciadas. O que podemos afirmar até aqui é que ambas passaram por processos semelhantes na forma de se organizarem e também na maneira como eram vistas pelos diversos grupos à época, passando desde uma visão preconceituosa e estigmatizada por parte da sociedade e da elite política local. Graças ao contexto e mentalidade da época, isso possibilitou um processo de marginalização, e que se tornou algo comum na época, ao associar fanatismo religioso ao banditismo, como fenômenos que fugiam aos padrões de uma racionalidade e ao ideário de ordem social. Logo, essas populações tornaram-se sinônimos subversão e desvio da ordem estabelecida.

O fanatismo transformou-se numa característica pejorativa das práticas religiosas dos pobres. O fanatismo, atribuído aos despossuídos, tornou-se também uma desculpa para a repressão aos movimentos populares. Fanatismo, na perspectiva das

² Guilherme Studart descreve no livro *Datas e fatos da história do Ceará*; a única e importante fonte documental da existência da Irmandade da Cruz do Massapê, quando do seu desfecho com o massacre orquestrado pelo governo por força policial, em 25 de março de 1902 nas margens do açude público Acaraú-Mirim na Vila do Massapê.

³ Outros estudos mostram que existiram várias irmandades iguais à Irmandade da Cruz do Massapê, como a Legio Crucis no povoado de Varjota, da vila do Ipú; a da localidade do Riacho dos Guimarães, próximo de Sobral; em Carnaubal, município de São Benedito, na Serra da Ibiapaba. Sobre isso ver nota de SILVA JÚNIOR, Agenor Soares. *Cidades Sagradas*. Da “Roma cearense” à “Jerusalém sertaneja”: A Igreja Católica e o desenvolvimento urbano do Ceará (1870 – 1920) Sobral e Juazeiro do Norte. 1ª Edição. Fortaleza: Edições ECOA, 2015, p. 250.

elites, era um atraso cultural que deveria ser combatido em nome da ordem do progresso. Era uma característica de mentes atrasadas que por não raciocinarem normalmente, eram perigosas ao “bom funcionamento da sociedade”⁴.

Dentre muitos fatores responsáveis pelo surgimento dos movimentos messiânicos, e que também estava associado ao seu crescimento, como potencializador dessa realidade de exclusão social, é que eles estavam ligados ao drama do abandono em épocas de seca, algo que historicamente fazia parte da cultura do Nordeste e estava diretamente associada a essa realidade de desespero com que passavam essas populações pobres, muitas vezes jogadas à própria sorte por parte dos fazendeiros, bem como por parte dos poderes públicos nas épocas de estiagem. Surgiram, no entanto, outros fatores e elementos que foram sendo potencializados como resposta a essa exclusão, como por exemplo, o messianismo e o banditismo, algo tão comum e vivenciado junto às populações sertanejas, principalmente naqueles períodos de grandes secas. “O caminho ainda mais curto e mais rápido era o do fanatismo ou em outros casos o cangaço como forma de libertação na esperança de alcançar os urgentes milagres. Era só rezar e ter certeza que a salvação viria por acréscimo”⁵.

Movimentos religiosos e de caráter social como os de Canudos, no final do século XIX, e de Pau de Colher, nos sertões da Bahia e, posteriormente, o de Caldeirão no Cariri cearense, tornaram-se uma constante, onde a ajuda paternalista dos coronéis e chefes locais não mais podiam chegar, e a ausência do estado e das instituições deixavam uma lacuna diante do abandono e desamparo dessas populações em épocas de privação e de fome, sendo naturalmente substituídos por lideranças que exploravam pelo desespero e pelo catolicismo popular como resposta e solução imediata aos anseios e angústias daquela dura realidade com que estavam acostumados a viver. Logo, “funciona”, não raramente, como uma espécie de resposta do sistema simbólico do camponês à dureza e dificuldade da vida. As coisas religiosas, espirituais, muitas vezes nascem e desenvolvem-se com “uma certa influência das condições materiais da vida”⁶.

A Irmandade da Cruz de Massapê, na região noroeste do Ceará, também foi potencializada graças a essas condições. Serviu de espaço e como centro catalizador das angústias e dos anseios dessa gente humilde e simples e sem perspectivas de melhoria de vida e que buscavam na organização e no conjunto de práticas, vivenciar o mais próximo possível de uma vida comunitá-

⁴ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Caldeirão, estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades*. 2ª Edição. Fortaleza: Edições Instituto Frei Tito de Alencar, p. 39.

⁵ THOMAZ NETO, Antônio Thomaz. *A Irmandade da Cruz*. 1ª Edição. Fortaleza: ABC Editora, 2007, p. 89.

⁶ *Id. Ibid.*, p. 88.

ria inspirada nos ensinamentos do Evangelho e nas práticas das bem aventuranças, em valores como a caridade, a solidariedade e o amor ao próximo. No entanto, essa irmandade constituiu-se em termos legais, de certa forma, de maneira espontânea e um tanto marginal do ponto de vista jurídico, haja vista que funcionava quase que de forma clandestina. Mas ao que parece, estava regulamentada pelos Estatutos da Ribeira do rio Acaraú-Mirim, que também permitia seu funcionamento sob a vigência da Carta Magna de 1891. “Na região norte do estado sentia-se alguns ecos desses movimentos: *Irmandade da Cruz*, em São Benedito e Massapê, ou a *Légio Crucis* em Ipú; foram movimentos religiosos contestatórios de lideranças que contaminavam as populações da região, organizados pelos estatutos da ribeira do rio Acaraú-Mirim e da nova Carta Magna de 1891”⁷.

Nota-se que não diferente das suas congêneres do norte e do sul do estado, tinham muitas de semelhanças entre elas, haja vista pela dinâmica e pela forma como acolhiam seus membros, bem como pela maneira como se dava a sua forma de organização e seus objetivos. Também do ponto de vista religioso e social, bem como das práticas e vivências onde predominava o espírito caritativo e fraterno em seu meio. Quanto do ponto de vista social, estas irmandades prestavam importantes serviços aos desamparados, e principalmente aos flagelados e famintos da seca.

68 |

Irmandade da Cruz tinha dentre outros objetivos - o de praticar uma fraternidade e uma solidariedade sem limites, amparar e socorrer os retirantes famintos da grande seca de 1900, como luta libertária de uma comunidade de flagelados da seca, além de expicar todas as repartições dos poderes governamentais, federais, estaduais e municipais, sem chegar a agressividade da ruptura⁸.

No que se refere à participação de seus membros, e a sua adesão voltavam-se às atividades de cunho comunitário, visto que em geral e na sua totalidade, esses pobres sertanejos eram marginalizados tanto do ponto de vista social quanto religioso, e buscavam nesses espaços o amparo e o refúgio para seus flagelos frente ao abandono da sociedade e dos poderes públicos. “A esperança de alcançar dias melhores, em suas súplicas ao céu nos momentos de maior miséria e sofrimento de uma população de famintos, era de fácil adesão, visto que os poderes públicos constituídos e espirituais eram totalmente omissos”⁹.

Logo, a vivência fraterna possibilitava uma prática que envolvia ações comunitárias relacionadas a essa vivência de práticas religiosas e uma cons-

⁷ SILVA JÚNIOR, *Op. cit.*, p. 250.

⁸ THOMAZ NETO, *Op. cit.*, p. 26

⁹ *Idem*.

ciência para uma organização para a vida comunitária. Tornaram-se uma alternativa para superar o isolamento e o abandono pelo qual muitos passavam diante dos flagelos da seca, nos momentos de privação e fome, em decorrência das rigorosas e sucessivas estiagens no período das secas. Esse modelo de vida comunitária era quase que um padrão a ser seguido nessas comunidades sertanejas, práticas essas que também foram vivenciadas na comunidade do Caldeirão do beato José Lourenço: “Não se pode esquecer, nesse sentido, a ligação entre a organização social da comunidade e o fator religioso. Todos se consideravam católicos e as práticas sagradas não eram algo inédito no ‘Nordeste’. Tudo feito por lá era comum em vários lugares do sertão”¹⁰.

Busquemos compreender como num momento tão conturbado, como a seca e a fome foram capazes de aglutinar populações sertanejas que, diante daquela situação, estão abandonadas à própria sorte, visto que a seca, sendo um fenômeno natural, tem uma incidência desde os tempos mais remotos sobre toda a região semiárida brasileira, e se tratando de um fenômeno natural, foi entendida e tratada de formas diferentes conforme os interesses de grupos políticos e econômicos e de acordo com seus objetivos.

A questão da influência do meio era a grande arma política do discurso regionalista nortista, desde que a seca foi descoberta em 1877, como um tema que mobilizava, que emocionava, que podia servir de argumento para exigir recursos financeiros, construção de obras, cargos no Estado etc. O discurso da seca e sua “indústria” passaram a ser a “atividade” mais constante e lucrativa nas províncias e depois nos Estados do Norte, diante da decadência de suas atividades econômicas principais: a produção açúcar e algodão¹¹.

Como resultado desse contexto político, social e religioso, é importante observar o caráter agregador com que essas populações buscaram em certa medida se identificar com essas irmandades ou outros grupos ou formas de assimilação e adequação ao meio, frente à situação em que muitos sertanejos se encontravam. Esse modo de agir está associado a dois fenômenos muito comuns e amplamente estudados por pesquisadores e estudiosos que se detiveram a entender o Nordeste. Foi a partir do fenômeno da seca e suas consequências que explicava o afloramento de movimentos ligados tanto ao messianismo quanto ao banditismo e, a partir deles, todas as outras causas possíveis diante do desprezo e do abandono com as quais as populações sertanejas estavam submetidas.

¹⁰ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Caldeirão, estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades*. 2ª Edição. Fortaleza: Edições Instituto Frei Tito de Alencar. 2015, p. 84.

¹¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011, pp.71-72.

Para fugir desse flagelo e abandono, as populações sertanejas buscaram se adaptar das mais diversas maneiras, tanto à indiferença das elites locais, quanto ao isolamento e desprezo com que eram vistos pelas populações das cidades e dos grandes centros urbanos ligados ao sul, tido como mais moderno, civilizado e promissor. Isso fez com que esses grupos subordinados reagissem à sua maneira e das mais diversas formas, e até da mesma forma com que eram tratados, ora com violência, ora com indiferença; o que justifica algumas reações diante desse quadro:

As manifestações de descontentamento dos dominados, como o banditismo, as revoltas messiânicas e mesmo o atraso econômico e social da área são atribuídos à seca, e o apelo por sua solução, torna-se um dos principais temas dos discursos regionais¹².

Foi a partir desse período, da grande seca de 1877, e em razão do pretexto de socorrer suas vítimas, que a elite política e econômica local conseguiu, diante desse pretexto, encampar uma intensa mobilização para obter recursos financeiros para realizar a construção da Estrada de Ferro Camocim–Sobral.

70 |

A notícia da iniciação da mencionada obra, que avançava ve-loz do litoral à hiterlândia, ecoou logo nas abas da Meruoca, e nas ribeiras do baixo Acaraú, trazendo a Massapê crescido número de serranos e sertanejos que, reduzidos a extrema penúria, procuravam recursos para o sustento próprio e dos filhos na eminência de sucumbirem de inanição¹³.

A partir dessa justificativa de socorrer os flagelados da seca foram realizadas muitas obras nas frentes de serviços, havendo uma necessidade de transportar mantimentos para os socorros. Havia o risco constante de saques aos comboios de alimentos, que tanto serviam para pagamento pelo trabalho aos chamados cassacos, como para a distribuição para aquelas populações famintas. Houve diversas obras públicas de socorros aos flagelados já no período da seca de 1877, como foi o trabalho de construção daquela estrada de ferro, bem como outros nesse período, e que se arrastou até 1882 com a finalização daquele trecho.

Desde a seca de 1877 até o ano de 1900, as mesmas medidas foram tomadas, e outras obras públicas foram se intensificando, sobretudo nos períodos de seca na medida em que iam se prolongando com mais rigor, prejudican-

¹² *Idem*, p. 71.

¹³ AGUIAR, Osvaldo. *Massapê em Foco*. 1ª Edição. Imprensa Universitária do Ceará - UFC, 1969. Ob. Cit., p. 14.

do as economias das pequenas cidades e interferindo na rotina das pessoas, “[...] o Ceará vinha sofrendo com problemas climáticos. Estiagens assolavam o Estado desde 1900. O rigoroso inverno acontecido em 1899, por exemplo, foi sucedido por uma seca que desarticulou a economia estadual”¹⁴. Ao longo dos anos, foram sendo mobilizadas as forças políticas locais, em campanhas de caráter humanitário, exigindo por parte dos poderes públicos a criação de mais obras, algumas sem qualquer planejamento quanto a sua eficácia e objetivos a serem alcançados.

Ao tempo em que, nos períodos de seca, era montada uma estratégia de programas salvacionistas, tudo era interrompido caso no ano seguinte as precipitações voltassem.

Foi o caso do ano de 1901. Ao cair uma boa quantidade de chuvas no Estado, automaticamente, o Governo Federal suspendeu a composição dos grupos de engenheiros que se preparavam para exercer melhoramentos nas estradas de ferro de Sobral e Baturité, bem como a construção de açudes e obras de assistências que se faziam pela verba de socorros públicos¹⁵.

Logo, muita gente que precisava dos Socorros Públicos em tempos de calamidade passou a depender dessa ajuda para garantir a sua sobrevivência, outros tiraram proveito o quanto puderam, beneficiando-se de todas as formas, criando uma rede de colaboração e desvios, desde aquele que controlava a distribuição dos mantimentos na hora do pagamento pelos trabalhos, passando pelas mãos do atravessador e indo parar na do comerciante ganancioso e corrupto, que vendia o produto de pior qualidade, superfaturado. “As migalhas eram convertidas, no que pior existissem, em farinhas de mandiocas mofadas, carnes-secas ardidadas, quase podres, feijão com gorgulhos, milho com carunchos a ainda superfaturados”¹⁶, até chegar no líder político que obviamente fazia disso uma oportunidade de angariar votos em épocas de eleição, distribuindo as vagas aos apadrinhados políticos.

Estes mandatários e favorecidos por essa rede de conexão, não estavam preocupados em atender às necessidades dos flagelados, pois tinham somente a finalidade de favorecer a elite política local, possibilitando que alguns pudessem se utilizar desse expediente ao solicitar constantes pedidos de mais recursos para conclusão dessas obras.

¹⁴ SILVA JÚNIOR, Agenor Soares. A Sobral de 1920: a metrópole do sertão? In: SANTOS. Carlos Augusto Pereira dos, ALENCAR. Alênio Carlos Noronha. *A Polifonia Sobralense*. Leituras e entendimentos sobre a história da cidade, p. 103.

¹⁵ SANTOS, *Op. cit.*, p. 103.

¹⁶ THOMAZ NETO, *Op. cit.*, p. 48.

Era assim que chegavam socorros aqueles que deveriam por direito receber os alimentos, depois de naturalmente filtrado por outros interesses além dos famélicos - dos políticos - na verdade, prevalecia na época a trindade da maldição: corrupção, seca e inflação¹⁷.

Foi isso que a Irmandade da Cruz denunciou muitas vezes, tornando-se talvez, a partir daí, alvo de hostilidades e perseguição, tanto por parte dos mandatários da política local como dos governos, quanto da Igreja Católica, que via com desdém e preocupação esses movimentos religiosos, com relação à irmandade e a outros movimentos messiânicos de luta camponesa¹⁸. Tratados com hostilidade, esses movimentos populares não eram vistos com bons olhos, pois colocavam em risco o estabelecimento da ordem social e religiosa. “Os poderes públicos constituídos procuraram apaciar rapidamente tais movimentos, podendo ser entendido como falta de força do Estado nos sertões, combatendo tais manifestações de fanatismo que operavam em algumas localidades”¹⁹.

72 | Portanto, esses movimentos atrapalhavam interesses dos que se beneficiavam desse esquema, já que foi criada, assim, uma rede de favorecimento e de desvios dos tão poucos recursos que essas obras recebiam, resultando em que nesses períodos de calamidade pública não houvesse qualquer planejamento, fazendo com que essas se estendessem por longos prazos, e se impregnasse na cultura do Nordeste, “um amplo sistema de controle dos donativos, por parte de funcionários, antecipava, assim, aquilo que ficou conhecido por “indústria da seca”, tão comum no século XX”²⁰.

Cassacos: gente de fé entre o trabalho e a oração

Foi nesse contexto histórico e nesse caldeirão cultural que a Irmandade da Cruz de Massapé existiu igualmente às outras da época. Dos seus quadros faziam parte os chamados desclassificados, gente simples, gente religiosa e desamparada pelos poderes públicos e abandonados à própria sorte, e que depositavam muitas vezes as suas últimas esperanças numa fé ingênua e num

¹⁷ THOMAZ NETO, *Op. cit.*, p. 48.

¹⁸ Lilia Schwarcz descreve o grande movimento messiânico de Canudos, que juntamente com outros movimentos surgidos a partir da nova República, tornaram-se movimentos não só de caráter religioso mais também tiveram um caráter político e social; principalmente em relação à contestação do latifúndio como forma de exploração dos agricultores empobrecidos, diante da concentração da terra e de poder pelas oligarquias locais, fazendo com que o Estado reprimisse tais movimentos com extrema violência. Cf. SCHWARCZ, Lilia M. e Heloisa M. STARLING. Brasil: uma biografia. Companhia das Letras, São Paulo. 2015, p. 332, 334.

¹⁹ SILVA JÚNIOR, *Op. cit.*, p. 251.

²⁰ NEVES, SOUSA, Simone de. Uma nova história do Ceará. A seca na história do Ceará, NEVES, Frederico Castro. 4ª Edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015, p. 84.

modelo de religiosidade pouco racional, mas que era mais prático e usual, bem como de um espírito caritativo extremado, confiando às irmandades e a seus líderes a responsabilidade sobre os demais membros, numa conjunção de forças capazes de minimizar o sofrimento e abandono.

Essas irmandades praticavam, na verdade, um catolicismo popular, com credences e superstições misturados com ritos afros em que Maria, a Mãe de Jesus, era venerada como a quarta Pessoa da trindade, porque não havia outro meio de salvação a não ser vinda do céu. A Irmandade da Cruz fundada em Massapê cuidava mais da salvação do corpo do que da alma, por representar uma luta libertária, de um punhado de sertanejos trabalhadores rurais, reunidos em uma associação civil, em que a solidariedade para com o irmão flagelado era o seu maior empenho, o que a tornava diferente das demais seitas²¹.

Esses grupos de populações sertanejas, que na sua grande maioria eram constituídos de caboclos sertanejos expulsos da terra, alguns eram moradores das fazendas, todos pequenos agricultores abandonados pelos fazendeiros que não podiam mais dar conta de ajudar seus antigos moradores:

A proteção oferecida pelos proprietários não chega a sequer amenizar as dificuldades... O “dever de proteção”, parte integrante da reciprocidade desigual das relações paternalistas, passa a ser exercido pelo Estado, na impossibilidade de o exercerem os próprios proprietários²².

|73

Podia-se deduzir que também tinha uns poucos proprietários de terras, muitos deles oriundos das fazendas das redondezas e que estavam, assim como muitos agora, abandonados e dispersos pelo sertão adentro em fluxos migratórios sazonais causados pelos períodos das constantes secas. Muito desses sertanejos eram oriundos de vários lugares, vindos das mais diversas situações, moradores das fazendas, os caboclos mestiços, como resultado da miscigenação da população indígena com o branco, e negros trazidos para o trabalho nas fazendas de gado, também ligados a outras atividades de produção agrícola, e que sofreram o flagelo e os constantes efeitos causados pelos ciclos periódicos de estiagem, registrados não só naquele ano, mas desde os anos que antecederam a seca de 1900²³, interferindo nas vidas dos

²¹ THOMAZ NETO, *Op. cit.*, p. 34.

²² THOMAZ NETO, *Op. cit.*, p. 81.

²³ Cf. MAESTRI, Mário, MACEDO, José Rivair. *Belo Monte*, uma história da Guerra de Canudos. 1ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004, p. 66. Ao falar em ciclo de secas no sertão nordestino e que assolava periodicamente as populações rurais e que foram registradas desde 1710-1711, 1777-1778, ...1877-1879 e 1889-1889; segundo o autor, se coloca em ciclos iguais aos registrados nas secas de 1900 ao ano de 1903, à época do surgimento e extermínio da Irmandade da Cruz de Massapê.

sertanejos em todos os seus aspectos, já que as atividades agrícolas foram significativamente afetadas com prejuízos materiais e vidas humanas.

No semi-árido, a produção inteiramente destruída, os moradores consomem as suas últimas sementes e, aos poucos, mas numa onda irresistível, vão deixando para trás seus casebres e suas terras arrendadas. Saem famintos de seus lares e começam a vagar pelos caminhos e estradas em busca de auxílio. O caminho da capital cedo transformará na única opção para a sobrevivência: os moradores das fazendas de criar transformam-se em retirantes²⁴.

74 | Em razão desse grande fluxo migratório dos retirantes da seca, tanto o governo do Império quanto o da chamada Nova República criaram medidas e ações, como as chamadas ações de emergências da secas, que eram as frentes de serviço, de caráter paliativo e que na maioria das vezes aconteciam nos períodos de estiagem, mas que depois, na medida em que voltava a chover, eram interrompidas, criando um círculo vicioso e que não tinham nenhum efeito prático e nenhuma vontade política de resolver o problema da seca, visto que, na maioria das vezes, os grupos políticos locais se beneficiavam desses mecanismos para angariar votos e determinar via relações de apadrinhamento e intensa dependência paternalista, o que significava uma dependência do sertanejo em relação aos coronéis e líderes políticos. Aos flagelados, restava buscar trabalho nas obras públicas de construção de estradas, açudes, cemitérios e outros trabalhos de assistência, ao menos para garantir comida no mínimo necessária para sobrevivência:

A escassez de chuvas, inviabiliza a produção de subsistência de vaqueiros e pequenos moradores, levando-os coletivamente a uma ruína sem precedentes que jamais conseguiria ser amenizada pela caridade das famílias abastadas do campo, nem pelo senso de dever paternalista de proteção por parte dos coronéis, muito ciosos de seu campo de domínio político...²⁵.

“Era preciso proteger a cidade das ‘invasões’ periódicas dos refugiados da seca”²⁶, sendo as obras hídricas de construções de barragens uma das alternativas viáveis para exercer esse controle social, cumprindo um dos seus objetivos imediatos que era no sentido de manter essas populações ocupadas e longe das cidades. Logo estas obras foram se viabilizando na medida em que serviam também a interesses políticos locais recebendo contingentes de recursos para os trabalhos.

²⁴ NEVES, *Op. cit.*, p. 81.

²⁵ NEVES, *Op. cit.*, p. 81.

²⁶ NEVES, *Op. cit.*, p. 86.

Dentre essas obras públicas, que no começo do governo republicano receberam recursos para sua construção, estava relacionada a do açude Acaraú-mirim que, naquele ano, recebeu crédito para a construção²⁷.

A tão esperada obra pública da construção da barragem do Acaraú-Mirim fez aumentar a esperança dos sofridos retirantes que vagavam sertão adentro em busca de trabalho, comida e abrigo, “Numa epopeia de verdadeiro êxodo de miseráveis, rostos e famintos, mais parecido como uma retirada dos exércitos de derrotados, pela inclemência do tempo e pela demora de socorros dos homens do poder”²⁸. Com a notícia da construção do açude, bem como da necessidade de um grande contingente de trabalhadores para tocar a obra, grande parte de mão de obra ociosa recorreu às frentes de serviço das obras que foram iniciadas oficialmente em 1901, e ficou a cargo do engenheiro sobralense João Thomé Saboya e Silva, passando deste para o também engenheiro José Aires de Sousa, natural de Santana do Acaraú, este provavelmente deve ter sido o responsável técnico pelo projeto à época do massacre de 26 de março de 1902, já que ele ficou como engenheiro responsável até 1903, sendo transferido para Quixadá nos trabalhos de reflorestamento da bacia do açude Cedro.

É fato que antes mesmo de iniciar a construção, se deslocassem até os canteiros de obras daquele açude grupos de retirantes famintos e flagelados pelo sofrimento e abandono do longo percurso e que encontraram abrigo no amparo solidário da Irmandade da Cruz.

| 75

A irmandade por todos os seus membros e socorridos, trabalhavam ativamente em rebanhar sobreviventes retirantes dos caminhos e veredas; que em certo momento chegavam a se amontoar em multidão – acolhendo-os em abarracamentos de concentrações, latadas e palhoças cobertas de folhas de mofumbo, oiticica e palha de carnaúba, num triste canteiro da futura obra, onde o governo federal prometia construir o açude Acaraú-Mirim, a princípio, em grande parte, migalhas verbas dos Socorros Públicos, no valor de Rs. 180.000\$, a um custo final ao que se diz, de Rs. 1.200.000\$ ao preço da época²⁹.

Esses recursos eram pouco significativos frente aos muitos que buscavam uma oportunidade de garantir ao menos comida para se alimentarem e aos seus familiares, visto que, junto com toda sorte de gente, vieram famílias inteiras em busca de meios de sobrevivência e face ao desespero, que busca-

²⁷ SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *História das secas*: Século XX, 2ª Edição. Mossoró. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte/Fundação Guimarães Duque/Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1982. Sobre o contingenciamento de recursos enviados para a construção da Barragem do Acaraú-mirim, bem como de seu início foi descrito na grandiosa obra literária de Thomas Pompeu Sobrinho.

²⁸ THOMAZ NETO, *Op. cit.*, p. 43.

²⁹ THOMAZ NETO, *Op. cit.*, p. 43.

vam nessas frentes de serviço ao menos obter uma ração de alimento pelo trabalho diário. Relatos contam que recebiam no valor de seu trabalho uma ração de alimentos, já que naquela época era escasso o dinheiro e também de pouca circulação.

Naquele tempo era comum nos canteiros de obras, e antes mesmo desses recursos e mantimentos chegarem à distribuição como pagamentos das obras, os desvios e enriquecimento praticados por políticos, comerciantes, atravessadores, supervisores das obras, os chamados apontadores, assim como também eram constantes a falta no fornecimento dos alimentos, justificados ora por cortes de verbas, ora pelo seu extravio em razão das condições de transporte e de estoque inadequado dos barracões onde estes mantimentos eram guardados, ao risco de desvio de sua verdadeira destinação.

Sobre essas condições, a Irmandade da Cruz se colocou como empecilho ao mandonismo local, denunciando essas práticas bem como cobrando maior assistência aos pobres flagelados, se colocando como a única talvez, o mais coerente e eficiente mecanismo de cobrança, apontando o dedo na ferida de uma classe que sem nenhum escrúpulo cometia o crime do roubo e, em consequência, deixava morrer a muitos de fome, desviando comida das muitas bocas que padeciam de inanição e doenças causadas pela fome.

76 |

A Irmandade da Cruz só podia incomodar e muito aos donos do poder na época – foi ela, pelos seus líderes que tiveram a coragem de denunciar os gritos, os desmandos e as omissões cometidas contra os flagelados, famintos e retirantes, pelas Comissões de Socorro, não nos tribunais públicos, como de direito legítimo por falta de alguém que por ele defendessem o direito à vida, conforma dizia Rodolfo Teófilo, mas no tribunal das suas consciências, que, por mais insensíveis que fossem eram feridos como o ferro em brasa e sangravam inexoravelmente até a morte moral³⁰.

Logo, este grito de denúncia que a Irmandade fazia era levado a cabo por seus líderes, chegando ao conhecimento público de todos que participavam de suas procissões e encontros, e escutavam nas prédicas de seu maior líder, um certo Damião, natural da redondeza da barragem do açude Acaraú-mirim. Este grito de denúncia tinha um peso moral significativo, visto que vinha acompanhado de verdadeiros gestos de compromisso e caridade, testemunhados pela dedicação e empenho dos membros da irmandade em ajudar os famintos e abandonados, já que esta era uma forma como a irmandade praticava a caridade junto aos pobres e mais sofridos, o que a colocava como a única organização de credibilidade ao apresentar suas denúncias de desvios dos poucos recursos nas obras de socorros públicos.

³⁰ THOMAZ NETO, *Op. cit.*, p. 54.

A árdua e difícil tarefa em que se propunha a *Irmandade da Cruz*, que juntamente com os irmãos crentes: Furtado, de Cabaceiras, Campelo de Sobral, Veado de Monsenhor Tabosa, Felipe, e outros, que se encontravam quase que semanalmente na grande feira livre localizada na praça maior da Estação do Trem em Massapê, onde comercializavam seus produtos agrícolas, e que na seca de 1900, nada vendiam e nada compravam, e ainda o pouco que tinham davam de esmola aos flagelados – não podiam deixar de atender as mãos esqueléticas e sujas estendidas, implorando uma esmola pelo amor de Deus para ele pedinte, mulher e numerosos filhos, há três dias sem nada comerem...sem ninguém mais a apelar, daí a congregação dos flagelados numa associação de sertanejos produtores rurais³¹.

Garimpendo entre o cascalho da memória e do esquecimento, recolhi como preciosidade um fragmento de um tesouro inestimável: o depoimento do senhor Raimundo Nonato Costa, conhecido por apelido Dadiu. Ele é um dos descendentes de um dos muitos retirantes que vieram trabalhar no canteiro de obras do açude Acaraú-mirim. Seu avô chamava-se Vicente de Pinho e que viveu por mais de um século e morou em Massapê, na região da atual Várzea da Cruz, que é o local de onde parte as narrativas dos primeiros retirantes, e dos cassacos que vieram para trabalhar na construção do açude em 1902, e de onde provavelmente partiram as poucas memórias da época da Irmandade da Cruz e de seus membros. Vicente de Pinho, seu avô, como seu Dadiu nos narrou em entrevista, contava histórias de quando trabalhou no açude e que ouvia também dizer, que o avô veio de Camocim e seu avô, chegando a Massapê seu avô, procurou trabalho na construção do açude.

|77

Meu avô apareceu aqui [Massapê]... Ele veio de Camocim pra cá, ele veio solteiro, aí apareceu aquelas secas terríveis. Esse açude aí estava em construção, aí meu avô trabalhou lá, tinha comboio de jumento; as mulheres, tinha gente que carregava terra dentro de uma cuia, acredita? Dentro dos sacos, na padiola pra carregar... Ele me contava tudim, sabe? Ele trabalhou muito tempo no açude do Mirim, até terminar... Esse açude, não sei se foi feito duas vezes ou foi três vezes. Na minha lembrança eu sei de duas, mas pode ser três... Aí pra eles receber dinheiro... Dinheiro não, não tinha dinheiro, era mercadoria. Ia recebendo mercadoria e iam se alimentando, iam tirando o tempo, sempre meu avô me contava essa história de desse açude aí... O nome do meu avô é Vicente de Pereira da Costa, era conhecido como Vicente de Pinho, apelido também, mas o nome certo era Vicente Pereira da Costa, não tinha nada de Pinho, ele pegou esse negócio de Pinho porque ele casou com minha avó, de dependência de Pinho, daqui da serra [Meruo-

³¹ THOMAZ NETO, *Op. cit.*, p. 91.

ca]... que também já viero de lá pra escapar através desse açude, sabe, se casou-se, aí ele morou e aí e terminou a vida toda dele aqui no Massapê, morreu aqui...102 anos³².

Igualmente a outras situações que já existiam desde muito tempo, no canteiro de obras da construção da barragem do Acaraú mirim não há registros e nem tampouco relatos orais de que houvesse uma prática de segregação social em relação a esses grupos de flagelados diante da sociedade massapeense, mesmo que houvesse um certo receio e o iminente risco de saques no comércio local, roubos e assaltos que comumente se praticavam nas brenhas do sertão nas épocas de secas. Mas o que de fato existia era a visão estereotipada e preconceituosa com que os pobres flagelados eram tratados, bem como a forma discriminatória e pouco caridosa com que os pobres esfomeados e o trabalhadores eram tratados pelos chefes do canteiro de obras em razão do pagamento pelo trabalho, relato confirmado tanto pelo senhor Dadiu quanto pelo escritor massapeense Antônio Thomás Neto:

A razão, administrada pela comissão de socorros públicos que era dada em troca de algum trabalho, remunerada sob o parâmetro da moeda local de circulação restrita ao canteiro de obras do açude, chamada – **sungelo**, que na verdade era um vale de papel, mais valioso que dinheiro, porque comprava comida, outras vezes a comida era até tomada das mãos das comissões de socorro que sonegava de maneira impiedosa, mas não passava de uma esmola³³.

Com relação aos conhecidos abarracamentos, que eram os canteiros de obras ou alojamentos usados pelos flagelados nos trabalhos das obras públicas, eles se diferenciavam em pouco dos já conhecidos “campos de concentração” existentes desde a grande seca de 1877, tendo as mesmas práticas da política de segregação e controle social que ficaram famosas a partir da utilização desses campos para separar aqueles que eram considerados desclassificados, e tratados como bichos, os famosos “cassacos”³⁴, termo que se tornou comum em outras secas, como as de 1915 e 1932. “Há, então, pelo menos três aspectos de controle social: o cercado que servia de prisão, o tra-

³² Raimundo Nonato Costa (Dadiu). Entrevista realizada pelo autor em 26 de setembro de 2018, dia de São Damiano, 158 anos depois do nascimento do líder da Irmandade da Cruz de Massapê. Nessa entrevista, ele descreve a história de seu avô, retirante vindo do Camocim para trabalhar nas obras de construção do açude Acaraú-mirim em 1902.

³³ Cf. THOMAZ NETO, *Op. cit.*, p. 49-50. Grifo do autor.

³⁴ Cassacos, termo usado na literatura e em outros autores, cf. MELO, Francisco Dennis Os deserdados da seca, “a esteira movediça dos retirantes” carrega a marca em sua vida, que vai além do corpo fragilizado pela seca, que vai além do aspecto mais visível da fome”. Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará. Volume 2. No fundo a cozinha me inquieta”: entre a falta e a fartura no romance Cassacos, de Cordeiro de Andrade. Sertão cult Editora. Sobral, 2015, p. 41.

balho nas estradas e nas construções de palhoças e o fato de o campo ajuntar gente, a fim de não haver invasão das cidades pelos famintos”³⁵.

Esses locais de concentração dessas populações serviam, sobretudo, para afastar os flagelados, pedintes e toda pobre gente do comércio das cidades, num processo de contenção e higienização dos indesejáveis retirantes que viessem a ocupar os espaços públicos, destinados aos cidadãos de bem e que não poderiam nunca conviver com essa gente miserável e fedida, já que este era o aspecto e as feições dessa gente faminta e sofrida, que vagava tanto nas estradas, quanto nas ruas das cidades, muitos deles sem nada, maltrapilhos e com rostos desfigurados pelas mazelas do abandono e da fome. Chagados pelo sofrimento do corpo e da alma, se sentiam quase bicho devido ao aspecto esquelético e desagradável, bem como ao estereótipo que muitos faziam dessa gente pobre e abandonada. Devido à falta de água para banho e asseio diário, tomando um aspecto de bicho, daí a denominação de “cassaco”, espécie de bicho muito comum na caatinga e que exala forte odor desagradável, razão pela qual muitos desses retirantes tiveram essa denominação a eles associada. Termo usado com desprezo para desqualificar os pobres flagelados que acorriam à irmandade e aos seus líderes.

“Mas, o que mais irritava aos crentes era a maneira arrogante – (como refúgio humano) – quase animal – como eram tratados os flagelados da grande seca de 1900, na região e ainda eram chamados de ‘cassacos’, bicho repelente e malcheiroso”³⁶. Há outro fenômeno social comum aos períodos de seca, que era uma das alternativas diante do abandono e do banditismo praticado nos sertões, e que em ambas as situações se colocavam como refúgio do fenômeno social muito comum no Nordeste, resultado da convulsão social.

Em geral, irmandades como a da Santa Cruz do Massapê, a Légio Crucis e posteriormente a da Santa Cruz do Deserto, do Beato José Lourenço, fundada no sertão do Cariri, surgem como organizações que congregam membros em suas fileiras, grupos marginalizados e excluídos socialmente, economicamente e tanto politicamente quanto religioso, longe dos padrões e dos modelos de irmandades oficiais existentes na época. Logo, a Irmandade da Cruz não seria diferente de outras, sofrendo o preconceito e a indiferença dos poderes constituídos seja no âmbito civil quanto religioso.

Os cronistas da época, as autoridades policiais e a própria Igreja não admitiam o caráter fanático religioso, messiânico e até influenciado em parte pelo sebastianismo português, ideais albergados num fanatismo ignorante dos líderes dessas irmandades, posto que, visassem o bem dos pobres e a socorrer os famintos das secas de 1877/1880 e 1900, dentre outras³⁷.

³⁵ RAMOS, Francisco Régis Lopes, *Op. cit.*, p. 78.

³⁶ THOMAZ NETO, *Op. cit.*, p. 49. Grifo do autor.

³⁷ THOMAZ NETO, *Op. cit.*, p. 34.

Essa política criava uma sofisticada rede de favorecimento de políticos locais e dos administradores e gestores das obras públicas que, corrompidos por uma ganância desmedida, não tinham a devida caridade para com os as famílias famintas dos flagelados. Isso diferenciava da prática da Irmandade da Cruz, e de seu líder Damião junto daqueles pobres abandonados.

Tudo que fazia, tinha por objetivos salvar seus irmanados flagelados, que acorriam em Massapê, suplicando a proteção da Irmandade da Cruz, depois de esgotadas todas as suas esperanças, apresentadas pelos poderes constituídos com as mãos cheias de palavras vazias³⁸.

Apesar de todos os benefícios sociais e espirituais, a Irmandade da Cruz foi hostilizada e vista como inimiga da classe dominante, que via com desprezo e arrogância, sendo tratada como tal, o que fez com que se mobilizasse todas as forças para sua eliminação e se apagasse da história qualquer registro de sua existência. É o que atesta Antônio Tomas Neto:

Não se encontraram vestígios, até o presente momento, da atuação dos primeiros edis do novo município, a respeito dessa irmandade. E se foram a favor do massacre, prestaram um desserviço a uma comunidade marcada pelos castigos da grande seca de 1900 – se foram contra, também nada fizeram para impedir tamanha violência – de qualquer maneira deixaram uma nódoa, um luto, e ainda ao que parece de tudo fizeram, para nada ficar registrada, qualquer providência administrativa nos anais do recém-criado município³⁹.

Não por menos, o Governo do Estado junto com as elites locais se colocaram com bastante preocupação ao crescimento e propagação da Irmandade da Cruz, não só com relação ao seu discurso de denúncia velada aos desvios de recursos das obras públicas do Açude Acaraú-mirim e aos desmandos dos políticos, bem como do uso político pelos coronéis e seus colaboradores. Assim, igual a outras irmandades e movimentos, elas foram perseguidas, pois era necessário conter mais um perigoso antro de fanáticos, razão pela qual era comum também associar a Irmandade à ideia do risco de fanatismo religioso, ideia tão combatida na época, principalmente depois de Canudos e outros movimentos messiânicos. Logo, somente com a desorganização e extermínio da irmandade e de seus líderes resolveria os problemas causados pela sua existência.

Não interessava ao Estado, nem às elites, a existência de um agrupamento fora do que era tido como normal [...]. A lem-

³⁸ THOMAZ NETO, *Op. cit.*, p. 40.

³⁹ THOMAZ NETO, *Op. cit.*, p. 54.

brança de Canudos estava relacionada à ideia de prevenção que as autoridades tinham no sentido de evitar um caso considerado similar⁴⁰.

Portanto, não havendo justificativa mais provável senão essas, a Irmandade da Cruz e seus líderes foram perseguidos, sendo extinta com o massacre de 26 de março de 1902, como descreve Guilherme Studart:

Em 26 de março de 1902 – na vila de Massapê, ao sopé da Serra da Meruoca, são presos por uma força de polícia comandada pelo tenente Érico Carapeba, os chefes principais dessa malta de indivíduos conhecidos pelos nomes de Irmandade da Cruz, que fora fundado em princípios de Abril de 1900, pelos célebres cangaceiros: CAMPELLO, VEADO, FURTADO, E FELI-PPE. Usavam um chapéu de abas largas tendo ao centro uma cruz preta⁴¹.

Após esse fato descrito por Studart⁴², não há outra descrição mais precisa sobre o fim da irmandade e de seus líderes, o que se sabe é que Damião e seus outros companheiros foram, a partir de então, jogados no rio do esquecimento e enterrados não só nas águas profundas do açude Acaraú-mirim, mas também sepultados da memória de um povo que teve de esquecer parte de sua história. “O pior destes crimes é que tinha autores, cadáveres como prova material de todos os fatos, [...] foram também enterrados – estes, não na mãe terra – mas ficaram quase insepultos – por assim dizer no local que anos depois ficaram sob as águas do açude Acaraú-mirim”⁴³. Tudo isso se deu, para que mais de cem anos depois pudesse emergir como um grito profético de denúncia, clamando pelo direito à memória e poder reinventar e fazer parte da **“história de nossa gente”**. |⁸¹

Fonte oral:

Raimundo Nonato Costa, neto de Vicente de Pinho; morador da Várzea da Cruz, e que trabalhou no açude Acaraú-mirim e viveu mais de cem anos de idade. Entrevista realizada pelo autor em 26 de setembro de 2018. Massapê-Ceará.

⁴⁰ RAMOS, *Op. cit.*, p. 124

⁴¹ THOMAZ NETO, *Op. cit.*, p. 18.

⁴² Studart narra em Datas e Fatos sobre a história do Ceará como foi a condução até Fortaleza, e o fim que coube aos líderes da Irmandade da Cruz após o massacre do Massapê.

⁴³ *Op. cit.*, THOMAZ NETO, p. 129.

Autores desta obra

Maria Malena Paiva Mesquita, Francisca Clédia Sousa de Oliveira, Letícia Rodrigues Gonçalves, Caubi Alves Braga, Naiane Nobre Martins, Pedro de Souza Filomeno Filho, Raimundo Nonato Fernandes, Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara, Adelina Lopes Guimarães, Sebastião Ferreira Carneiro, Paulo Ênio de Sousa Melo, João Henrique Brito Lima, Natanael Lopes Alves, Vinícius Pereira de Sousa, Alan Silva de Moraes, Antônio Tarciano Aragão Sousa, Maria Deiziane Lino, Raimundo Sousa Alves, Cleane dos Santos de Medeiros, Nilson Almino de Freitas, Francisco Sávio Barbosa do Nascimento, Odail José Martins Freire, Valério Samarooni Moraes de Queiroz, Maely Alves de Mesquita, Carlos Augusto Pereira dos Santos

Nossa Gente, Nossa História é o resultado da escrita de vinte e três artigos, divididos em quatro partes temáticas que podem ser conferidas no sumário e ao longo do livro. Portanto, empreendemos um mergulho no universo sertanejo, falando da alegria da chegada do inverno, do inferno da seca e das práticas religiosas que beiram o fanatismo (Parte 1). Adentramos no mundo do trabalho e esticamos a jornada para compreendermos os projetos e propostas de escolarização e educação do nosso povo (Parte 2).

Por outro lado, foi necessário falarmos da diversidade cultural que nos caracteriza. O que tem em comum o universo *queer* no cinema e as sociabilidades homoafetivas no espaço citadino? O que um pai de santo e um conjunto de mulheres rezadeiras podem nos dizer sobre a prática da cura? Quais são as fronteiras culturais entre dançadores de reisado, jovens bailarinos da periferia e a obra do cantor Belchior? São interrogações que poderão ser respondidas, ou não, lendo-se o conjunto de artigos da Parte 3. Finalizando, como a política e a economia interferem no cotidiano de uma cidade? É o que os autores propõem discutir na Parte 4, evidenciando as características singulares na história dos municípios de Ibiapina e Camocim.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-9539-035-5



9 788595 390355